

Mulheres negras na diáspora: o feminismo negro e a construção dos sujeitos políticos

Milena da Costa Edwirges⁶ e Gislene Aparecida dos Santos⁷

Introdução

A raça e o gênero, como construtos sociais que dão base à dinâmica do sistema de exploração capitalista, fundamentam a naturalização das desigualdades estruturais e definem, em grande medida, a posição social ocupada por determinadas pessoas. O modo como o racismo, o patriarcalismo, o sexismo e as desigualdades foram e são estruturadas tem como consequência o fato de que as mulheres negras se encontram entre as mais vulneráveis dentre os vulneráveis: possuem mais chances de desenvolverem depressão, hipertensão arterial, diabetes e de serem vítimas de violência obstétrica. Assim como, as mulheres negras são as maiores vítimas de feminicídio, violência doméstica e violência policial (de maneira direta ou indireta), além de constituírem a força de trabalho que executa as piores e mais extenuantes tarefas.

O presente artigo é resultado do meu Trabalho de Conclusão de Curso⁸, orientado pela Professora Dr. Gislene Aparecida dos Santos. A fim de contribuir com a produção de conhecimentos de e para

⁶ É bacharel em Gestão de Políticas Públicas pela EACH-USP

⁷ Docente da EACH-USP e do programa de Pós Graduação em Direito e Humanidades da Faculdade de Direito da USP. É Líder do GEPPIS da EACH-USP e coordenadora do grupo de pesquisa de/com comunidades de baixa renda nPeriferias do IEA

⁸O referido trabalho foi apresentado à EACH-USP como requisito para obtenção do título de Bacharel em Gestão de Políticas Públicas. Intitulado por “Mulheres negras na diáspora: o feminismo negro e a construção dos sujeitos políticos. Uma perspectiva comparada Brasil e Canadá”, este resulta de minha participação no Projeto: “Estratégias Construídas por Mulheres Negras no Brasil e no Canadá: Educando para o enfrentamento da discriminação por gênero e raça.O referido projeto foi uma pesquisa joint-venture desenvolvida sob a coordenação da Prof(a). Dr(a). Gislene Aparecida dos Santos da EACH-USP e Prof(a). Njoki Nathani Wane, que comanda o departamento do Ontario Institute for Studies in Education- University of Toronto (OISE- UofT).

mulheres negras, e com formulação de materiais que contribuam ao fortalecimento de estudos sobre o pensamento feminista negro, trago as discussões expostas no capítulo II do supracitado Trabalho. Organizado nos itens: 2.1 “Tornar-se negro: a criação do outro”; “2.2 O outro do outro: as experiências vividas pelas mulheres negras”; “2.3 O desenvolvimento de um pensamento feminista negro”, o capítulo apresenta os referenciais teóricos sob o qual o estudo foi consolidado. Deste modo, por meio da exposição empreendida, é possível demonstrar os complexos determinantes da vida das mulheres negras, a partir da literatura sobre o feminismo negro. Ademais, destaca-se o papel fundamental das mulheres negras como sujeitos políticos, jogando luz à importância da adoção de uma perspectiva interseccional, bem como feminista negra, às reivindicações por justiça e equidade social.

Tornar-se negro: a criação do outro

De acordo com Aníbal Quijano (2005), a conquista do novo mundo e a expansão mercantilista europeia se consolidaram sobre dois eixos fundamentais. O primeiro deles é a raça. A raça utiliza de supostas diferenças para justificar aqueles que seriam tidos como conquistadores, enquanto, os outros, os dominados, seriam os conquistados. Forjada pela modernidade, a categoria raça serviu à estruturação do sistema colonial.

Para além da necessidade da diferenciação entre os seres humanos, é a partir da modernidade que todas as formas de trabalho, os seus recursos e produtos, passam a ser articulados dentro de um mercado mundial, o qual se caracteriza em um sistema-mundo-capitalista. E assim, a categorização racial da humanidade passa a constituir o “mais eficaz e durável instrumento de dominação social” (Ibidem, p.2), visto que estrutura a exploração e dominação em torno do controle do trabalho, organizando o modo de produção, apropriação e a distribuição das mercadorias.

Desta maneira, a modernidade passa a ser apresentada como a linha evolutiva que separaria o civilizado (europeu-branco), do

incivilizado (não-branco), construída para dar alicerce à ideologia da superioridade europeia ocidental (BERNADINO-COSTA, GROSFUGUEL, 2016). A colonização da América, África e Ásia é ancorada na alegação de que a Europa estaria realizando uma missão civilizatória. Logo, a modernidade ocidental eurocêntrica, o capitalismo mundial e o colonialismo, apresentam-se como uma tríade inseparável (DUSSEL, 2003 apud CURIEL, 2020).

A colonização é um sistema de dominação total, ou seja, não incorre apenas na usurpação de recursos dos territórios invadidos, mas também em uma dominação política, militar, cultural e psíquica (CÉSAIRE, 2020). Destarte, ao projeto colonial, é basilar que os seres humanos sejam desumanizados e coisificados. Para tanto, a classificação racial se mostra indispensável. Desta maneira, o negro torna-se o não-ser, o sub-humano, criado por um esquema de maniqueísmo delirante, no qual o mau, o feio, o selvagem, o malvado são signos característicos do negro. O negro não possui uma ontologia que lhe é própria, é constituído por um esquema histórico-racial, em que seu corpo é depositário de atribuições específicas, que impedem a sua realização enquanto ser humano. À medida em que, ao branco, o seu oposto, atrela-se o que é considerado bom, bonito, civilizado, humano (FANON, 2008; SANTOS, 2002).

Isto posto, o racismo traduz-se na capacidade de reproduzir as condições de dominação que foram impostas pelo colonialismo, as quais seguem estruturando o capitalismo. Sendo assim, o racismo incorre em um sistema de opressão que causa desigualdades sociais, políticas, econômicas e jurídicas. Comportamentos individuais racistas, bem como a reprodução do racismo em todas as instituições presentes na sociedade, são expressões de “uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção” (ALMEIDA, 2019, p.33). Como parte da ordem social, a articulação dos aparatos ideológicos, jurídicos, políticos e econômicos, possibilita o funcionamento estrutural do racismo.

A raça é o mecanismo que possibilita que a dinâmica de etnicização da mão de obra ocorra, implementando uma divisão racial do trabalho, tanto dentro dos Estados, quanto na organização do sistema-mundo. Deste modo, a hierarquização étnico-racial conforma uma divisão internacional do trabalho, em que o racializado, o outro, é o superexplorado (BALIBAR e WALLERSTEIN, 2021; GONZALEZ, 2020; MOURA, 2019). Assim, a composição do exército industrial de reserva⁹, ou seja, o contingente populacional suscetível ao desemprego estrutural e ao subemprego, é organizada pela ideologia racial.

De maneira similar, o gênero serve à configuração capitalista, como uma identificação que consolida diferenças irremediáveis entre mulheres e homens. As supostas divergências contidas entre as determinações binárias homem-mulher partilham da mesma racionalidade, os aspectos biológicos são destacados e utilizados como suporte a ideologias, que naturalizam e fundamentam um sistema de opressão estrutural. Este, usa de marcadores visíveis, inscritos nos corpos, para classificar grupos de seres humanos de acordo com uma lógica que preza por uma dicotomia incomensuravelmente oposta: homem x mulher (ALCOFF, 2006; GONZALEZ, 2020; BRAH, 2006).

A dominação e sujeição das mulheres também engendra uma divisão sexual do trabalho, uma vez que o trabalho doméstico, não remunerado, é um aporte à sobrevivência e reprodução da força da mão de obra, um “subsídio indireto para os trabalhadores assalariados” (BALIBAR e WALLERSTEIN, 2021, p.82). Deste modo,

⁹ O termo “Exército industrial de reserva” foi cunhado por Karl Marx. Marx explica que a acumulação capitalista produz uma população excessiva que é necessária à própria produção capitalista: “(...) essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional(...)” (MARX., 2017, p.707)

não apenas o trabalho assalariado, mas também o doméstico, serve de sustentáculo à produção capitalista (FEDERICI, 2017).

Assim, o racismo configura a vida da população negra em geral, e das mulheres negras, em particular. A divisão sexual e racial do trabalho fixa as mulheres negras em atividades muito semelhantes às realizadas durante o período do modo de produção escravista. E isso pode ser verificado pela expressiva quantidade de mulheres negras alocadas em trabalhos improdutivos, ou seja, “aqueles que não produzem mais-valia, mas que são essenciais, a exemplo das babás e empregadas domésticas, em geral negras que, vestidas de branco, criam os herdeiros do capital” (ALMEIDA, p. 749, 2015).

O outro do outro: as experiências vividas pelas mulheres negras

A objetificação das mulheres negras, enquanto “o outro do outro”, é condicionada pela criação de imagens, signos e símbolos que empenham-se em restringir sua autonomia, além de naturalizar as desigualdades sofridas, as conferindo um aspecto de inevitabilidade (BUENO, 2019). Desta maneira, a criação de imagens estereotipadas representaria a dimensão ideológica do racismo e sexismo perpetrados contra as mulheres negras. De acordo com Patricia Hill Collins (2000) isto é realizado pelas imagens de controle.

Collins (2000) explica que, as imagens de controle remontam ao período do modo de produção escravista e são atualizadas e veiculadas, continuamente, para garantir a subordinação das mulheres negras. As experiências vividas pelas mulheres negras demonstram que, para a compreensão dos resultados concretos dos sistemas de opressão, é preciso analisar suas interconexões. Partir de uma perspectiva interseccional, portanto, é considerar que dentro desses cenários multifacetados, em que as relações sociais são permeadas por diversas formas de opressão que se interligam e se relacionam. Uma opressão não pode ser reduzida a

um tipo fundamental, dado que atua em conjunto a outras, na constituição dos sistemas de dominação (CRENSHAW, 1989).

O conceito de interseccionalidade, cunhado por Kimberlé Crenshaw (1989), atenta para a necessidade de analisar a intersecção entre os sistemas de opressão. Raça, classe, gênero, sexualidade, não são apenas eixos de diferenças, mas sim resultantes de uma ordem moderna colonial. São diferenciações produzidas pelas opressões que agem de maneira imbricada. Assim, de acordo com Collins (2000), esses sistemas de opressão atuam dentro de domínios de poder, independente da intersecção que ocorra. Tais domínios são: o estrutural; o disciplinar; o hegemônico e o interpessoal. O primeiro diz respeito ao campo político, econômico, e jurídico. O segundo, ao poder exercido por meio de hierárquicas burocráticas, técnicas de vigilância e controle. O domínio hegemônico expressa a dimensão ideológica da opressão e a esfera interpessoal refere-se às ações cotidianas de racismo.

Este quadro teórico é denominado, pela autora, como matriz de dominação e é uma ferramenta analítica para pensar as articulações entre raça, classe e gênero. Neste sentido, a matriz de dominação não analisa a intersecção entre os diferentes sistemas de dominação enquanto resultantes de efeitos cumulativos, mas sim como sistemas de opressão (BUENO, 2019).

O desenvolvimento de um pensamento feminista negro

A despeito de dissidências e das divergentes matizes observadas na academia, tal qual nos movimentos organizados de mulheres, as produções científicas feministas realizaram críticas contundentes aos modelos dominantes de elaboração do conhecimento científico. Contestava-se a representação de um sujeito universal, o qual, nas palavras de Margareth Rago (2019), seria: “(...)branco, heterossexual, civilizado do Primeiro Mundo, deixando-se de lado todos aqueles que escapam deste padrão referencial.” (p.410).

Assim, a produção científica feminista propôs a “diluição do sujeito no objeto” (DIAS, 2019, p.393), ou seja, uma aproximação

entre sujeito e objeto, no fazer teórico. Nota-se que, de maneira gradativa, a fim de desmistificar as ditas diferenças entre homens e mulheres, naturalizadas pelas distinções biológicas e psicológicas, bem como desmascarar a ideia da existência de uma essência feminina, a categoria sexo foi substituída por gênero (HEILBORN E SORJ, 1999), de modo que o gênero ganha preponderância nos estudos sobre as mulheres. Diferentemente do sexo, o gênero seria um: “produto social, aprendido, representado, institucionalizado e transmitido ao longo das gerações” (SORJ, 2019, p.110)

Entretanto, há uma tentativa de universalizar a categoria gênero, pressupondo que as mulheres compartilhariam uma identidade coletiva decorrente, exclusivamente, de experiências comuns, adquiridas através da condição de gênero (SORJ, 2019). Contudo, a universalização da categoria gênero incorre em uma enorme contradição, dentro do próprio pensamento feminista. Ao ignorar que a raça informa o gênero tanto quanto o gênero informa a raça, as produções científicas que se dizem feministas, reproduzem o que tentam modificar, uma ideia de humano universal transpondo “apenas o “homem universal” para a “mulher universal”(MAGALHÃES, 2018, p.78). Esta falsa abstração do ser mulher desconsidera que, em decorrência do colonialismo, do racismo e da sexualidade, as relações de gênero são vivenciadas de maneira distinta por mulheres não brancas (KILOMBA, 2019).

As mulheres negras, continuamente, fazem uso de sua própria experiência vivida como forma válida e efetiva às suas reivindicações políticas e teóricas. Collins (2016) atenta para a grande contribuição à sociologia tradicional, que as mulheres negras oferecem. Por ocuparem o lugar de *outsiders within* (forasteiras de dentro), ou seja, por localizarem-se às margens, muitas vezes conseguem perceber padrões que são dificilmente observados. Desta maneira, as mulheres negras possuiriam uma vantagem epistêmica: enquanto subalternizadas, conseguiriam conhecer e entender as ações dos grupos dominantes e também dos oprimidos.

Como nos lembra Bell Hooks (2020):

(...)A mulher negra, para a qual não existe nenhum “outro” institucionalizado como objeto de exploração, discriminação e opressão, constrói uma experiência vivida que desafia diretamente a estrutura social vigente e sua ideologia sexista, racista e classista. Essa experiência vivida é capaz de moldar nossa consciência de modo a nos diferenciar daqueles que gozam de privilégios (ainda que relativos, dentro do sistema vigente). É essencial à continuação da luta feminista que as mulheres negras reconheçam as vantagens da sua marginalidade e façam uso dessa perspectiva para criticar a hegemonia do racismo, do sexismo e do classismo, de modo a vislumbrar e criar uma contra-hegemonia. O que estou sugerindo é que temos um papel central a desempenhar na constituição de uma teoria feminista e, junto com isso, uma contribuição única e valiosa (p.46).

Isto posto, a epistemologia feminista negra apoia-se sobre uma base material e experiencial, exercendo um forte contraponto aos paradigmas tradicionais de validação do conhecimento. Assim, o feminismo negro, enquanto um projeto político e teórico, contesta a suposta “neutralidade” da ordem eurocêntrica de produção do conhecimento, presente, sobretudo, no ambiente acadêmico. A academia, não é um lugar onde impera a objetividade e a neutralidade, como fazem querer crer. O sistema educacional ocupa um papel primordial na manutenção e consolidação do racismo e do sexismo.

O pensamento feminista negro revela como projetos políticos e teóricos que não consideram a raça, a classe e a sexualidade, não estão comprometidos com uma real transformação social. Ao centrar a teoria nas experiências vividas das mulheres subalternas, o pensamento feminista negro, consiste em analisar as relações sociais, econômicas e culturais que condicionam a situação concreta da vida de mulheres negras, como a base para uma práxis liberatória. E, por isso, o feminismo negro também pode ser entendido enquanto uma ferramenta de análise acerca das relações sociais (WANE, 2013).

A construção do pensamento feminista negro propicia a criação de definições autoconstruídas que engendram o processo de

resistência às imagens de controle, externamente elaboradas e reforçadas no imaginário social hegemônico. Os movimentos formados por mulheres negras e o desenvolvimento de um pensamento feminista negro, construíram um sujeito político capaz de desestabilizar e desnaturalizar as categorias que legitimam as desigualdades. Desta forma, a insurgência do sujeito político mulheres negras é:

(...)resultante de demandas históricas, políticas, culturais, de enfrentamento das condições adversas estabelecidas pela dominação ocidental eurocêntrica ao longo dos séculos de escravidão, expropriação colonial e da modernidade racializada e racista em que vivemos (WENERCK, 2014, p151-152).

Coletivamente, as mulheres negras constituem este sujeito político, que deriva das múltiplas experiências advindas dos processos de resistência e enfrentamento aos sistemas de opressão, sob os quais estão subjugadas (CARDOSO, 2012; CHAVES, 2008).

O uso de uma lente analítica que considere uma dimensão afro-diaspórica, coloca em evidência experiências que revelam um nexo comum entre as experiências vividas pela população negra, as quais transcendem as fronteiras nacionais. Léila Gonzalez (2020) reivindica a categoria da amefricanidade, a qual auxilia a pensar na diáspora africana e nas experiências e estratégias de resistência empregadas na América. Esta categoria pretende evidenciar a presença negra e ameríndia na formação histórica e social do continente americano, antes e após a sua colonização. Assim, revela as experiências de resistência e sobrevivência na diáspora, frente ao brutal processo de dominação colonial.

A amefricanidade é apresentada como categoria político-cultural, consolidando-se enquanto uma proposta contra hegemônica, diferente do modelo colonial e racista que prega a superioridade do pensamento ocidental eurocêntrico. Neste sentido, a categoria da amefricanidade é pensada para desnudar um transcurso histórico de “intensa dinâmica cultural (adaptação,

resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada” (Ibidem, p.135).

Considerações Finais

A construção do sujeito político mulheres negras confrontou a naturalização do ser mulher e revelou a necessidade, imprescindível, de que se considerasse a situação real dos indivíduos, a qual é condicionada pela ação estrutural dos sistemas de opressão, tais quais o racismo e o sexismo. Estes incorrem em prejuízos concretos, que não são apenas materializados nas desigualdades econômicas, mas também são efetivados na negação ao acesso a direitos, bem como em consequências psicológicas e em impactos na condição e qualidade dos aspectos relacionados à saúde e ao bem estar, por exemplo.

Logo, a violência inerente à dinâmica das opressões estruturais, quando não causa a morte física, ceifa as possibilidades de uma realização plena de vida, uma vez que a humanidade dos seres em subjugação é cingida, tolhida pela ordem hegemônica: racista, patriarcal, heterossexista. Assim, o feminismo negro pauta-se pela construção coletiva de conhecimento, em que há o compartilhamento de um nexo que é comum a todas, baseado nas experiências de sobrevivência das mulheres negras. A união das mulheres negras, orientada a uma prática antirracista e antissexista, contribui para a consolidação de comunidades que valorizam a diversidade e fomentam as produções de conhecimentos, que não só considerem mas também focalizem nas experiências vividas pelas mulheres subalternas, como fundamentais à transformação social.

Trazendo a discussão para o cenário brasileiro, por exemplo, Sueli Carneiro (2019) destaca que é fundamental enegrecer o feminismo, para que a luta pelos direitos das mulheres no Brasil seja comprometida, de fato, com uma proposição democrática. Uma vez que, para as mulheres negras atingirem os “níveis de desigualdade existentes entre homens e mulheres brancos, significaria experimentar uma extraordinária mobilidade social”

(p.288), dada a incrível inferiorização vivenciada pelas mulheres negras, tanto em níveis materiais quanto simbólicos.

Ainda, utilizar uma lente analítica que considere as dinâmicas políticas conferidas pela diáspora africana é favorável à construção de uma teoria e prática política que se propõe a engendrar um vínculo transnacional, na luta feminista negra. Como aponta Hill Collins (2000), as mulheres negras, ao redor do mundo, vivem experiências marcantes e semelhantes, visto que constituem o grupo mais vulnerável nos contextos nacionais sobre o qual se inserem. Estimular um diálogo que atravesse as fronteiras nacionais e desenvolva novas formas de promover a interconectividade entre as experiências vividas pelas mulheres negras, é muito benéfico ao fortalecimento do feminismo negro.

Referências Bibliográficas

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Landier (org). Colección Sur Sur, CLACSO. Buenos Aires, 2005.

ALCOFF, Linda. M. **Visible Identities: Race, Gender and Class**. Oxford University Press, 2006

ALMEIDA, S. L. de. **Estado, direito e análise materialista do racismo**. *In: KASHIURA JUNIOR, C. N.; AKAMINE J. O.; DE MELO, T. (Orgs.)*. Para a crítica do direito: reflexões sobre teorias e práticas jurídicas. São Paulo: Outras Expressões; Dobra Universitário, 2015.

ALMEIDA, S. L. de. **Racismo Estrutural**. *In: RIBEIRO, D (coord.)*. Feminismos Plurais. São Paulo: Pólen, 2019

BRAH, A. Difference, Diversity, Differentiation. **Cadernos Pagu** [online], n. 26, pp.329-376, 2006
Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/B33FqnvYyTPDGwK8SxCPmhy/abstract/?lang=pt#>> Acesso em: 16 jul. 2020

BERNADINO-COSTA, J.; GROSGOUEL, R. **Decolonialidade e perspectiva negra**. Sociedade e Estado [online]. v. 31, n. 1, pp. 15-24, 2016. Disponível em: <

<https://www.scielo.br/j/se/a/wKkj6xkzPZHGcFCf8K4BqCr/abstract/?lang=pt#>

BUENO, W. C. **Processos de resistência e construção de subjetividades no pensamento feminista negro: Uma possibilidade de leitura da obra Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment (2009) a partir do conceito de imagens de controle.** Dissertação (Mestrado-Direito) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos-UNISINOS, Rio do Grande do Sul, São Leopoldo, 2019.

CARDOSO, C. P. **Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras.** 2012. Tese (Doutorado - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas- Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/7297>> Acesso em: 20 Jan. 2021

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento: Contribuições do feminismo negro. In: HOLLANDA, H. B. de (org.). **Pensamento Feminista Brasileiro: Formação e Contexto.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo.** São Paulo: Veneta, 2020.

CHAVES, M. N. **As lutas das mulheres negras: identidade e militância na construção do sujeito político.** 2008. 118 f. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

COLLINS, P. H. **Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment.** New York/London: Routledge, 2000.

COLLINS, P. H. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Dossiê: Decolonialidade E Perspectiva Negra • Soc. estado**, v.31,n.1,Jan-Apr2016.Disponível

em:<<https://www.scielo.br/j/se/a/MZ8tzzsGrvmFTKFqr6GLVMn/abstract/?lang=pt>> Acesso em: 10 fev. 2021

CRENSHAW, K. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics**. University of Chicago Legal Forum: 1989

CURIEL, O. Construindo metodologias feminista a partir do feminismo decolonial. *In*: HOLLANDA, H. B. de (org.). **Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decolonias**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020

DIAS, M. O. L. da S. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. *In*: HOLLANDA, H. B. de (org.). **Pensamento Feminista Brasileiro: Fomarcção e Contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019

DUSSEL, H. Europa, modernidad y eurocentrismo. *In*: LANDER, E. **La colonialidad del saber: eurocentristo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO/UNESCO, 2003

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação originária**. São Paulo: Elefante, 2017.

GONZALEZ, L. **Lélia Gonzalez. Por um feminismo Afrolatinoamericano: Ensaio, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020

HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. “Estudos de gênero no Brasil”, *in*: MICELI, Sérgio (org.) **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**, ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183-221.

HOOKS, B. **Teoria Feminista: Da Margem ao Centro**. São Paulo: Perspectiva, 2020

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019

MARX, K. **O capital: Livro I**. São Paulo: Boitempo, 2017

MAGALHÃES, C.M. Gênero como categoria de análise decolonial. **Dossiê: Gênero e Sexualidade. Civitas, Rev. Ciênc. Soc.** Porto Alegre, v. 18, n. 1. p. 65-82, jan.-abr. 2018. Disponível em:< <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2018.1.28209>> Acesso em: 01 jun. 2021

MOURA, C. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2019

RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história. *In:* HOLLANDA, H. B. de (org.). *In:* HOLLANDA, H. B. de (org.). **Pensamento Feminista Brasileiro: Fomarcão e Contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019

SANTOS, G. A. dos. **A invenção do ser negro: um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2002

SORJ, B. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. *In:* HOLLANDA, H. B. de (org.). **Pensamento Feminista Brasileiro: Fomarcão e Contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019

BALIBAR, É.; WALLERSTEIN, I. **Raça, Classe e Nação: As Identidades Ambíguas**. São Paulo: Boitempo, 2021b

WANE, N. N. Uncovering the Well: Black Feminism in Canada. *In:* Wane, N. N; JAGIRE, J;

MURAD, Z. Ruptures: **Anti-colonial & Anti-racist Feminist Theorizing**. Toronto: Sense Publishers, 2013.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimento de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da ABPN**, v. 1, n. 1, p. 1-11, mar./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.abpn.org.br/Revista/index.php/edicoes/article/view/20/10>> Acesso em: 10 de jan. 2021